

Violações de Direitos Humanos no estado do Maranhão

O Maranhão é o **um dos estados que mais registra conflitos agrários no Brasil**. As violações vão desde **invasão e grilagem de terras a racismo religioso e assassinatos**. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra – (CPT 2023), de 2020 a junho de 2022, **14 lideranças foram assassinadas** e mais de **30 mil famílias estão ameaçadas** nos territórios quilombolas e comunidades tradicionais maranhenses.

Em 2021, o estado foi **líder em assassinatos** em conflitos no campo no Brasil. Dos assassinatos contra quilombolas no campo no período, **todos aconteceram no Maranhão**. Em 2022, o Maranhão liderou, junto com Rondônia, o número de assassinatos deste tipo no Brasil. São sete casos para cada. As vítimas são quilombolas, trabalhadores/as rurais e indígenas. Foram 178 conflitos no estado no ano.

Ainda em 2022, o avanço do **agronegócio** foi o principal responsável pelo **aumento da violência** no Maranhão. O desmatamento ilegal, a grilagem de terras, mineração, o racismo religioso contra população de religião de matriz africana, entre outras violações se somam a ele nesse histórico de violência. Para se ter ideia, os estados da **Amazônia Legal somam 34 das 43 mortes** em conflitos agrários no Brasil, ou seja, **70% dos casos**.

O Relatório da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil aponta que foram **assassinados 42 indígenas no estado do Maranhão** entre 2009 e 2022, sendo **32 Guajajaras, 4 Kaapor, 3 Timbiras, 1 Kanela Apanyekrá, 1 Kanela Ramkokamekrá e 1 Gamela**. Sem contar o alto número de suicídios e os constantes assédios do agronegócio.

Outro ponto relevante é o racismo religioso que constantemente tem afetado a vida e as celebrações do povo de terreiro do Maranhão. Dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) apontam que somente em 2021 foram **586 denúncias de intolerância religiosa**, o que equivale a um **aumento de cerca de 141%** em relação a 2020, quando houve 243 registros.

A violência contra mulheres aumentou no campo e na cidade e atravessa inúmeros conflitos deixando-as em maior situação de vulnerabilidade social e econômica. No primeiro semestre de 2023, a Justiça do Maranhão concedeu **9.322 medidas protetivas** de urgência a **mulheres vítimas de violência doméstica e familiar**. E até junho de 2023 já tinha sido registrado a ocorrência de **20 feminicídios**.

O levantamento que você verá agora é resultado de uma escuta feita em 2023 pela Missão Ecumênica em Defesa de Direitos realizada no Maranhão, junto a movimentos populares de todo o estado e também de consulta ao Caderno de Conflitos no Campo, elaborado e atualizado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), um material que é referência na luta por direitos humanos no Brasil e no mundo.

Diante do **grave e incessante quadro de violações de direitos** de comunidades tradicionais quilombolas, indígenas, de terreiro, dentre outro/as povos do Maranhão, a CESE e demais organizações parceiras desta ação entendem que é preciso **denunciar** e **chamar atenção** de autoridades **nacionais** e **internacionais** para o estado.

Conflitos agrários, racismo religioso, ambiental e institucional

Município: **AÇAILÂNDIA**

Tipo de Violação: Racismo Religioso

Público atingido: Povos de Terreiro

Violação sofrida: Foi relatado que os Povos de Terreiro vêm sofrendo preconceito religioso, ataques de pessoas que tem outra religião (neopentecostais), ameaças físicas.

Tipo de Violação: Racismo Ambiental (conflito com empresa de papel e celulose e luta pela terra)

Público atingido: Trabalhadores e Trabalhadoras Assentados

Violação sofrida: Os trabalhadores e trabalhadoras, do assentamento Sudelândia 50 Bis, zona rural de Açailândia, vem sofrendo com violência praticada por policiais militares e seguranças contratados pela empresa Suzano Papel e Celulose. O fato ocorreu no dia 06 de junho, quando a comunidade tentou negociar com a empresa Suzano sobre o direito de colher o plantio deixado na fazenda São Bento, pois tinham protocolado um documento pedindo acesso as roças, mas não tiveram resposta, durante essa negociação houve o conflito e os policiais e segurança da empresa atiraram com bala de borracha e armas de fogo, ferindo 2 pessoas e 1 gravemente. A Rede Cidadania de Açailândia, manifestou apoio a comunidade e fez uma nota de repúdio onde exigiam providências dos órgãos competentes para garantir segurança e proteção da comunidade e apuração do ocorrido com punição aos responsáveis.

Município: **CARUTAPERA**

Tipo de Violação: Racismo ambiental (grilagem de terra)

Público atingido: Comunidades tradicionais – agricultura familiar

Violação sofrida: Comunidades que formam o Movimento da União das Comunidades em Luta (UCL) que reúne moradores em situação de conflito dos municípios Boa Vista do Gurupi, Junco do Maranhão e Carutapera. A questão atinge cerca de 350 famílias, que vivem espalhadas em torno de 40 comunidades na região, entre elas Vilela, Murujá, Ouricuri, Pimenta, Glória e Manaus da Beira. A principal causa dessa violência é a grilagem de terras, presente nesses municípios. Cinco pessoas já foram assassinadas na região do Gurupi, por conta desses conflitos. Isso teria sido de 2018 para cá. As comunidades têm se reunido e fazem manifestações para chamar atenção para o problema, como resposta ao descaso e violência que tem ocorrido nessa região, mas as ameaças continuam. Isso desde 2009, quando um empresário teria tomado a posse das terras e ameaçado as famílias de morte. As famílias têm buscado a regularização de suas terras junto ao Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) e do Instituto Nacional de Colonização

e Reforma Agrária (INCRA). Entre setembro e outubro haverá uma audiência pública com as comunidades e os órgãos públicos estaduais e federais, com objetivo de avançar o processo da regularização fundiária dessas famílias.

Município: **CODÓ**

Tipo de Violação: Conflitos Agrários

Público atingido: Quilombolas

Violação sofrida: Povos Tradicionais, povos de terreiro, meio ambiente, ataques neopentecostais, ameaças físicas, violência, racismo institucional (legislativo), judicialização criminal (plano diretor), acesso à justiça, soja, eucalipto

São Benedito dos Colocados - situação grave de ameaças de lideranças pela luta da regularização fundiária.

Mata Virgem/Três Irmãos - falta de titulação

Santa Maria dos Moreiras- falta de titulação e conflito com Dep. Cesar Pires

Cipoal dos Pretos - Falta de titulação

Município: **SÃO JOÃO DO SOTER**

Tipo de Violação: Racismo ambiental (agronegócio)

Público atingido: Comunidades Quilombolas (Bom Descanso e Jacarezinho)

Violação sofrida: Moradores da comunidade quilombola de Bom Descanso, vem sofrendo ameaças constantes de pessoas ligadas a empresas de agronegócio na região. Essas empresas invadiram o território com tratores, correntão e homens armados.

Bom Descanso é uma comunidade centenária, vizinha do quilombo Jacarezinho. Em 2022 um morador foi assassinado (Edvaldo Pereira Rocha), por conta de conflito fundiário e as ameaças contra a comunidade se intensificaram em abril deste ano. Neste período, os invasores começaram a desmatar o território e cercar as terras com arame.

O trabalhador rural informou que as ameaças prejudicam os roçados de dezenas de famílias que vivem hoje no território, plantando mandioca, milho, arroz e maxixe, além da coleta de coco babaçu. A situação já foi denunciada na Secretaria dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), na Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (Coecv) e na Promotoria de Justiça Agrária. O caso vem sendo acompanhado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pela Defensoria Pública Agrária. A SEDIHPOP acompanha através da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV) e pela secretaria adjunta de Povos e Comunidades Tradicionais e adotando as tratativas necessárias à questão. Em agosto dia 08/08 /2023 o tribunal de justiça do maranhão concedeu a manutenção da posse em favor da associação dos agricultores familiares quilombolas do povoado bom descanso, contra os José Roxo, Lourival e Fredson Reis, conforme informação do Sr. Francisco Chagas, liderança quilombola.

Outra comunidade que vive um clima de tensão é a comunidade quilombola Jacarezinho, por conta de um conflito fundiário com o Grupo Estrela Verde, que alega ter adquirido a terra por

meio de leilão e apresentaram documentos de licença ambiental para desmatarem, concedidos pelo município.

A área foi certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares. Nesse território, 11 pessoas estão ameaçadas de morte, estão no Programa de Proteção a Defensores de Defensoras de Direitos Humanos do Governo Estadual. Nessa área já houve um incêndio, provável atentado à comunidade. Os moradores da comunidade ainda sofrem com a morte do líder Edivaldo Pereira Rocha, assassinado no dia 29 de abril de 2022, por pistoleiros, em conflito fundiário envolvendo a comunidade e empresas de agronegócio. O crime continua impune e os moradores seguem inseguros, com a violência que ainda persiste na região. No local vivem cerca de 97 famílias, que vivem do cultivo da terra e do extrativismo de vegetais como o bacuri e babaçu. Há uma solicitação para a regularização fundiária do território no INCRA.

Município: **SÃO LUIS**

Tipo de Violação: Racismo Religioso/ Racismo Institucional

Público atingido: Povos de Terreiro

Violação sofrida: São várias as ameaças e violações de direitos aos Povos de Terreiro em São Luís. Em 23 de julho de 2023, a imagem do Orixá Yemajá, localizada na Praia de Olho D'Água, foi atacada e teve o rosto destruído, esse ataque ocorre pela terceira vez, diante disso, lideranças religiosas de matriz africana e outras organizações sociais, uniram forças em torno de uma agenda, cobrando do poder público uma resposta imediata. Várias providências foram tomadas: protocolo de notícia crime, junto à delegacia de combate aos crimes raciais, agrários e de intolerância do Maranhão. Além da notícia crime, os povos e comunidades de terreiro, além das lideranças religiosas de matriz africana, reuniram-se na Praça onde fica a estátua de Iemanjá e repudiaram a ação racista a imagem. Também foi entregue uma representação ao procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e à ouvidora Sandra Elouf, solicitando providências para a apuração do dano à estátua de Iemanjá e das manifestações de racismo e intolerância religiosa na internet, referente a esse caso. O Ministério Público do Maranhão informou que a instituição vai acompanhar a apuração do caso da estátua e as manifestações de racismo. Além dessas providências, os grupos reivindicam a criação de uma unidade do Ministério Público especializada na investigação e combate a crimes raciais, de ódio e intolerância religiosa, além do aprimoramento de equipamentos do Estado, tanto do sistema de segurança quanto para o de justiça, voltados para o combate ao racismo religioso. O governo do Maranhão formou uma comissão com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA), a Secretaria de Estado de Governo do Maranhão, a Secretaria de Estado da Infraestrutura Maranhão, a Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB) e a Secretaria de Estado de Igualdade Racial (SEIR) para tratar sobre este caso de racismo religioso. O Governo Estadual se comprometeu na recuperação da imagem, assim como a realização de ações para aumentar a segurança no local, como a instalação de sistema de videomonitoramento.

Outras Violações de direitos, em bairros de São Luís:

CAJUEIRO - TERREIRO DO EGITO – conflitos com a empresa WPR Gestão de Portos LTDA, que vai implantar um porto privado na área, apoiados pelo Governo do Estado, expulsando as famílias da comunidade.

APEADOURO – O caso do pai Clinger, líder do Terreiro Nossa Senhora Santana, no bairro Apeadouro. Que sofreu racismo religioso/ intolerância por parte de vizinhos e do próprio Estado (autoridades de segurança pública) que impediam a realização de festejos. Após registro junto ao sistema de justiça, a secretaria de segurança pública parou de embargar as atividades da casa.

ANJO DA GUARDA – O terreiro de Mina Dom Miguel, no bairro do Anjo da Guarda, liderado pelo pai Lindomar Saraiva Barros, é vítima de apedrejamentos contínuos, depredação e destruição do território sagrado. Ele também sofreu agressões. Boletins de ocorrência foram feitos, mas não houve solução para o caso até agora.

VILA NOVA – No Bairro da Vila Nova, Pai João Gualberto da Cruz Sousa, conhecido como Joãozinho da Vila Nova, líder do Terreiro de Mina Mamãe Oxum e Pai Oxalá, área Itaquibacanga, seu Terreiro de Mina foi vítima de ataques por evangélicos, que organizaram um culto relâmpago provocativo em frente ao mesmo. A casa sofre ataques da deputada Mical Damasceno e igrejas evangélicas nos meios de comunicação e responde processos judiciais. Também houve ataques à casa de Mãe Dilma. No caso de Pai Joãozinho ocorreu em julho de 2021, quando ele foi vítima de um ato praticado por outro grupo neopentecostal. Ele estava se preparando para fazer uma *live*, quando teve sua casa praticamente invadida por praticantes neopentecostais.

SÁ VIANA – Ataque ao terreiro de Pai Jorge, o terreiro foi quebrado e Pai Jorge agredido.

TAJAÇOABA – Invasão no terreiro de Mãe Angela.

CRUZEIRO DO ANIL - A Casa Fanti Ashanti, sofreu no ano de 2022, ataques de evangélicos com insultos e gestos de "exorcismo" direcionados às mães, pais e filhos de santo, que preparavam uma festa dedicada a Ogum.

Município: **RAPOSA**

Tipo de Violação: Racismo Ambiental

Público atingido: Povos Indígenas

Violação sofrida: O Estado através da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) tem liberado licenças de exploração ambiental para empreendimentos em terras de povos tradicionais, com isso vários conflitos estão acontecendo entre as comunidades e esses empreendimentos. Para garantir seu território, o Povo Tremembé quer tem feito mobilizações para efetiva demarcação da Terra

Indígena (TI) Kaura, no município da Raposa. A mobilização teve o objetivo de chamar atenção da sociedade e do poder público sobre pautas em comum relacionadas aos direitos dos povos e comunidades tradicionais no Maranhão. A mobilização aconteceu em frente à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA).

Município: **SÃO JOSÉ DE RIBAMAR**

Tipo de Violação: Racismo Ambiental

Público atingido: Povos Indígenas

Violação sofrida: A comunidade do Povo Tremembé do Engenho vem sofrendo violência em seu território por pessoas que dizem ser donos da terra. Essas pessoas estão colocando trator dentro das áreas retirando a vegetação e ameaçando os indígenas por pessoas armadas. Em agosto de 2022, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) publicou uma portaria que formou um Grupo de Trabalho (GT) para demarcação do Território do povo Tremembé do Engenho. A Portaria, publicada em 18 de agosto, considerou a decisão do juiz federal Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo, da 6ª Vara Federal Cível, da Seção Judiciária do Maranhão (SJMA), deferida em 17 de setembro de 2021, que garante a identificação, a delimitação e a demarcação do território reclamado pela comunidade indígena Tremembé do Engenho. Em março deste ano de 2023, a Funai iniciou os trabalhos de identificação e delimitação da terra indígena, o que deveria ser um impeditivo para qualquer tipo de invasão.

Tipo de violação: Racismo religioso e violência sexual

Público atingido: Povos de terreiro

Violação Sofrida: Mãe Paula foi vítima de racismo religioso e assédio sexual.

Município: **FERNANDO FALCÃO**

Tipo de Violação: Racismo Ambiental

Público atingido: Povos Indígenas

Violação sofrida: T.I. Mēmörtumre/Canela e T.I. Apànjêhkra, município de Fernando Falcão-MA, conflitos que afeta os dois territórios.

T.I. MEMÕRTUMRE/CANELA - a entrada de caçadores não indígena, situação muito tensa todos os anos, principalmente na época da seca, eles tiram filhotes de animais, matam animais, colocam fogo na mata e ainda ameaça matar os indígenas que queiram enfrentar de tentar impedir eles. No mês de junho desse ano, quase que ocorreu um homicídio no limite entre aldeia Escalvado e povoado Bacabal do Marcial, pegaram uma liderança José Lino Canela e quase mataram, que só não morreu porque uma pessoa não indígena, apareceu lá e defendeu ele. Também compra de terra dentro do território Memörtumre está na fase de revisão, os não indígenas estão fazendo muitas cerca e colocando as placas dando informação que a proprietária existia a muitos tempos, mas não é verdade.

T.I. Ramkokamekra/Canela, já foi homologado 125 mil hectares e mais 100 mil hectares que estar na fase de revisão, então em torno de total todo são 225 mil hectares.

No novo processo o nome da T.I. é Memõrtumre/Canela da aldeia Escalvado, município de Fernando Falcão. Dentro dessa T.I. tem duas aldeias reconhecida, aldeia Escalvado e aldeia velho T.I. apànjêhkra/Canela, o processo de ampliação foi anulado no supremo tribunal Federal e está depende da parte jurídica agora, tem duas aldeias reconhecida lá, aldeia porquinhos e aldeia bacuri, que tem conflitos com o aumento de plantação de soja por grandes fazendeiros. O território está em fase de revisão.

Todas essas Terras Indígenas estão sendo atingidas pelo empreendimento MATOPIBA, já que todos os municípios do cerrado do Maranhão, estão incluídos dentro desse empreendimento.

OUTRAS COMUNIDADES INDÍGENAS

TI Alto Turiaçu- Povos - Awa Guajá, Ka'apor e Tembé - Desmatamento, invasão de garimpeiros, fazendeiros, Plantio de roças de maconha, Criação de gado - invasão de madeireiros

TI Alto Turiaçu - Zé Doca, Araguanã, Centro Novo - Plantio de roças de maconha, Criação de gado - invasão de madeireiros.

TI Araribóia - Desmatamento, ameaças, assassinatos.

TI Araribóia – Amarante - 24/02/23 - 1 indígena baleado, 05/09/22 - indígenas assinados 2, invasão para extração ilegal de madeira, carvoarias, Fiscalização em junho

TI Araribóia - Aldeia Jenipapo - Bom Jesus das Selvas.

TI Awa - São João do Caru – invasão de madeireiros

TI Caru - Bom Jardim – empreendimentos

TI Pindaré – desmatamento

TI Taquaritua - Povo Akroa Gamella - Retirada do direito a terra e a negação dos direitos fundamental que é sua cultura.

TI Governador - Invasões de madeireira

Ka'apor - Proteção territorial/Criminalização e assassinatos

Link o relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2022 (<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>)

Município: **CHAPADINHA**

Tipo de Violação: Conflito Agrário (grilagem)

Público atingido: Agricultores Familiares e comunidades tradicionais

Violação sofrida: Uma empresa de agronegócio tem ameaçado moradores do Assentamento PA Veredão. Cerca de 55 famílias vivem no território. Elas estariam lá há mais de 50 anos. O conflito se iniciou após a chegada da empresa, que desde 2022 tem alegado ser proprietário das terras. A empresa teria destruído as plantações dos trabalhadores, com tratores. Já houve pedido no setor de

conflitos agrários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas sem sucesso. A comunidade tentou impedir a destruição de suas lavouras. No entanto, como consequência, foram ameaçados de expulsão pela empresa.

Além dessa situação, outras comunidades vêm sofrendo ameaças de grileiros, como é o caso das comunidades de Buriti dos Bois, Guarimã e Sangue. Esses grileiros os chamados “gaúchos”, estão invadindo terras protegidas para desmatar a vegetação e expulsar as famílias, que são um total de mais de 200 estão sendo afetadas pelos ataques. Na região, a vegetação de pequi, murici, bacuri e as roças de mandioca, usadas para subsistência, tem sido destruída por tratores. A FETAEMA, registrou boletim de ocorrência sobre o caso e tem feito a monitoração da situação e oferecido suporte jurídico para as vítimas das comunidades. Os invasores já foram identificados e as medidas legais para a denúncia foram tomadas.

Município: **URBANO SANTOS**

Tipo de Violação: Racismo Ambiental (empresa de papel e celulose)

Público atingido: Agricultores Familiares e Extrativistas

Violação sofrida: Na comunidade Jussaral, vivem mais de 80 famílias, que tiram seu sustento do extrativismo e da agricultura familiar há mais de cem anos. Os moradores estão sendo ameaçados pela empresa Suzano Papel e Celulose há mais de 30 anos. Este conflito iniciou quando a empresa alegou ser dona das terras, onde está localizada a comunidade Jussaral. Recentemente outra empresa, do Rio Grande do Sul, chegou na região afirmando que também teria posse do território. Liderança da comunidade tentou registrar ocorrência na delegacia de Urbano Santos, mas foi informado que nesse caso não se trata de conflitos e que a delegacia de Urbano Santos não está fazendo registros dessa natureza. Um dos principais danos causados na comunidade pela empresa de papel e celulose é o plantio de eucalipto que causou seca nos riachos e desabastecimento de água na comunidade. Além disso, a água está contaminada, devido ao uso de agrotóxico usado nas plantações. A falta de água tornou-se mais um grave problema. A comunidade cobra ações legais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) e dos demais órgãos públicos municipal, estadual e federal.

Município: **CAXIAS**

Tipo de Violação: Racismo Ambiental (fazendeiros)

Público atingido: Agricultores Familiares

Violação sofrida: A comunidade Barra da Tereza, antiga Fazenda Sabiá na zona rural de Caxias, tem sofrido ameaças recentes (Julho 2023), a partir de um conflito que já existe há dez anos. No mês de junho, quatro policiais militares do Maranhão foram presos, por estarem fazendo ameaças de morte e intimidando os moradores da região. Embora os PMs tenham sido presos, o clima ainda é de muita tensão na comunidade, que vive numa área de cerca de 40 hectares no 2º distrito de Caxias, às margens do Rio Parnaíba, onde vivem cerca de 100 famílias de trabalhadores rurais, que tiram o seu sustento da terra. Eles têm a posse há mais de 50 anos, e os fazendeiros seguem dizendo que são donos dessa área. A comunidade já denunciou a ação dos fazendeiros na

Defensoria Pública e no Ministério Público do Estado do Maranhão. No entanto, a questão que envolve a posse da terra até então não foi resolvida. A comunidade pede que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além do Ministério Público Federal e outras autoridades tomem as providências cabíveis, para promover a paz na região da Barra da Tereza.

Município: **ALTO ALEGRE**

Tipo de Violação: Racismo Ambiental (fazendeiros)

Público atingido: Quilombolas (Marmorana/Boa Hora III)

Violação sofrida: Comunidade do território quilombola Marmorana/Boa Hora III do município de Alto Alegre do Maranhão, com mais de trinta famílias, vem fazendo graves denúncias contra o dono da loja Exata Magazine. Entre os diferentes problemas, eles estariam sendo impedidos de trabalhar, sem poder acessar a terra onde eles fazem suas roças. O território é certificado pela Fundação Cultural Palmares e foi invadido a um ano, e desde então vem sofrendo ataques violentos. Casas foram queimadas, roças destruídas, reservas desmatadas, poço entupido, açude cercado. Os quilombolas afirmam que homens armados teriam sido utilizados para intimidação, além de drones.

No caso das casas queimadas, uma das moradoras era uma grávida de seis meses. Eles também relatam casos de ameaças com armas de fogo apontadas para a cabeça de moradores. O caso está judicializado na esfera federal. E várias organizações sociais vêm tratando do assunto, que também circula fora do Maranhão. Segundo informações, o fazendeiro está impedindo que os quilombolas cultivem suas terras. E isso impossibilita a sobrevivência dessas comunidades, que se sustentam da agricultura.

A violência contra quilombolas na comunidade Marmorana/Boa Hora III, é assunto de interesse internacional. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos pediu uma audiência no Ministério das Relações Exteriores e convidou a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultoras e Agricultores Familiares do Maranhão (FETAEMA). O encontro ocorreu no final de abril/2023. A FETAEMA solicitou ao governo federal urgência na desapropriação, na segurança para a comunidade quilombola e na segurança da saúde mental das famílias, que lá se encontram.

O território é reconhecido e certificado como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares (FCP) desde 2007. O processo de titulação está em andamento com base no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e Decreto N° 4.887/2003, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) através do processo n° 54230.004084/2006-70 desde 2006.

Município: **ANAJATUBA**

Tipo de Violação: Racismo Ambiental

Público atingido: Quilombolas

Violação sofrida: Na defesa dos direitos humanos de 27 Quilombos em Anajatuba. Lutamos pelos básicos de ser humanos, território livre, educação Quilombola de qualidade, saúde da população negra, lazer, geração de renda, água potável, acesso de qualidade, ainda temos um território com

13 comunidades isoladas. São as ameaças de morte, hoje como liderança estou com medo, porque para que não há punição aos grileiros. Estamos a dois anos com uma liderança Quilombolas mulher, escondida fora do seu estado deixando toda sua família pra trás sem apoio ou proteção alguma. O processo da tentativa de assassinato nunca andou.

Município: **BARREIRINHAS**

Tipo de Violação: Racismo Ambiental

Público atingido: Comunidades tradicionais

Violação sofrida: Comunidades do Parque Nacional dos Lençóis, estão sendo atingidas por empreendimentos de energia eólica, sem consulta previa, livre e informada.

Município: **BAIXADA MARANHENSE**

Tipo de Violação: Racismo Ambiental (empresas do agronegócio e de energia)

Público atingido: Quilombolas

Violação sofrida: A comunidade São Francisco dos Campos enfrenta conflitos com a empresa AGROMAX, que estaria ocupando a região, para plantar arroz irrigado. A comunidade recebe apoio do O Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM), que acompanha a situação na região. A empresa vem usando agrotóxicos, que contaminam o lago São Francisco (um lago perene) e no Rio Turi, que alimenta toda esta região, incluindo várias comunidades quilombolas. Dentre os municípios afetados estão: Santa Helena, Turilândia, Serrano do Maranhão, Turiagu, Governador Nunes Freire, Santa Luzia do Paruá e Pinheiro. Os povoados impactados seriam Pau Pombo, Janaubeira e Brasília (Serrano do Maranhão), além da comunidade São Francisco dos Campos.

Várias as comunidades que dependem do lago São Francisco e do Rio Turi para sobreviver e tirar seu sustento. Muitas espécies de peixes estão desaparecendo, além de animais silvestres. As comunidades atingidas elaboraram um ofício que foi entregue à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA). Eles estão aguardando respostas. Além dessa comunidade, outras estão sendo atingidas pela empresa EDP Energias do Brasil (ENBR3) que, durante a construção da linha de Transmissão Miranda 2 São Luís 2 – c3, a empresa invadiu os campos naturais da baixada, durante o período da Piracema, causando grandes danos sobre a atividade de pesca e segurança alimentar das comunidades do Território Quilombola de Monge Belo, Sítio do Meio e o entorno do Povoado Beira de Campo do Papagaio.

No último dia 20 de junho de 2023, um grupo formado por 437 famílias de quilombolas e pescadores de beira de campo, representados por seu escritório de advocacia, e apoio de suas entidades de representativas UNICQUITA (União das Comunidades Rurais Quilombolas de Itapecuru-Mirim) e CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos), apresentou uma denúncia contra a EDP Energias do Brasil, destacando a empresa que, segundo eles, está em total desacordo com o ambiente e as práticas tradicionais de sobrevivência das comunidades afetadas.

Município: **PARNARAMA**

Tipo de Violação: Racismo Ambiental (agronegócio)

Público atingido: Quilombolas

Violação sofrida: A comunidade de Cocalinho, vem sofrendo contaminação por uso de agrotóxico pulverizado em plantações de soja que ficam a poucos metros das casas dos moradores dessa comunidade. O problema já foi denunciado em uma audiência realizada no dia 1º de junho, na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF). A comunidade de Cocalinho sofre há 17 anos com a pulverização aérea de agrotóxicos, que começou com a empresa Suzano, até a chegada dos produtores de soja. A comunidade está apresentando problemas de saúde como, vômito, bolhas pelo corpo, problemas respiratórios, câncer de pele, tontura e escurecimento da urina. Tudo isso é atribuído aos agrotóxicos. Além disso, os açudes secaram, babaçuais estão sendo derrubados e o cemitério foi violado com a passagem de um trator por cima. Além disso, para saírem de suas casas, os quilombolas precisam atravessar pelo campo de soja e muitas vezes são atingidos por venenos lançados pelos aviões.

Tipo de violação: Racismo religioso e homofobia

Público atingido: Povos de terreiro

Violação sofrida: Casa de Pai Micael, em Parnarama, sofreu atentado a bomba caseira e seu terreiro foi alvo de pichações homofóbicas.

Município: **ALCANTARA**

Tipo de Violação: Conflitos Agrários, Racismo Ambiental, Racismo Institucional

Público atingido: Quilombolas

Violação sofrida: O quilombo Vista Alegre, sofreu reintegração de posse o que fez com que adultos, idosos e crianças ficassem feridos após ação de violenta da Polícia Militar, envolvendo a Base de Alcântara, na última quarta-feira (29/03/2023). Segundo relatos, várias construções foram demolidas. Teve bala de borracha, bomba de gás e até uma bomba foi jogada pela PM na casa de um morador. Os quilombolas vivem em territórios há pouco mais de três séculos, e há décadas vêm sendo ameaçados e violentados pelo Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), projeto bilionário que envolveu a remoção compulsória de mais de 300 famílias ao longo da década de 1980. Em 2004 a área foi reconhecida como quilombo pela Fundação Palmares, e em 2008 pelo Relatório Técnico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entretanto o processo de titulação do território está parado há 15 anos.

São inúmeros os casos de violações de direitos das comunidades quilombolas de Alcântara com a instalação da base de lançamentos de foguetes. Em abril desse ano, o Brasil foi julgado na Corte Interamericana de Direitos Humanos, por ter violado direitos das comunidades, por crimes que

aconteceram na construção do Centro de Lançamento de Foguetes, na década de 1980. No julgamento o Brasil admitiu que violou os direitos das comunidades e pediu desculpas, mas esse fato é cheio de incertezas e não traz mudanças de fato.

Município: **MATÕES**

Tipo de Violação: Conflitos Agrários

Público atingido: Quilombolas

Violação sofrida: Na Comunidade Quilombola de Tanque de Rodagem/São João, um empresário paranaense, teria invadido a casa de uma senhora de 68 anos de idade ameaçando e afirmando que ela teria que sair do local por bem ou por mal. Desde o segundo semestre do ano passado a violência contra a comunidade só aumenta. Homens armados fazem ameaças, trator já foi colocado na área para devastar e destruir as roças. Chegaram inclusive a impedir o trabalho da Unilab e das Universidades Federais do Maranhão e do Piauí no levantamento antropológico da área, peça fundamental para a titulação da terra pelo INCRA. Algumas pessoas já foram colocadas no Programa de Proteção à Testemunhas. Há um processo de titulação no INCRA, mas este já se arrasta sem nenhuma solução para a comunidade.

Município: **PENALVA**

Tipo de Violação: Conflitos Agrários

Público atingido: Quebradeiras de Coco Babaçu

Violação sofrida: Na comunidade Boa Esperança, uma quebradeira de coco babaçu e seu filho morreram após uma palmeira cair em cima deles, quando apanhavam coco, pela ação de uma máquina pesada que estava derrubando de forma ilegal as palmeiras da área. O caso ainda continua sem a devida apuração e punição. As investigações feitas pela polícia civil de Penalva e Viana só ocorreram por conta da pressão do MIQCB e outras organizações sociais. No início desse ano de 2022, o inquérito foi concluído. Ele apontou que a causa das mortes foi devido à queda das palmeiras de coco babaçu. Porém, apenas duas pessoas foram indiciadas, o motorista do trator, que fazia a derrubada das palmeiras, além do proprietário do trator. O fazendeiro que mandou fazer a derrubada não foi indiciado. As derrubadas acontecem todos os dias e são várias as ameaças que as quebradeiras de coco sofrem. Os fazendeiros vão cercando as áreas e as quebradeiras ficam impedidas de apanhar o coco. A Lei do Babaçu Livre nunca foi aprovada no Maranhão, porque é sempre rejeitada pela Assembleia Legislativa, alegam que o modo de vida das quebradeiras fere o direito tradicional de propriedade absoluta. A lei do Babaçu Livre deveria impor restrições à derrubada das palmeiras, garantindo às quebradeiras de coco e às suas famílias o direito de livre acesso e uso comunitário dos babaçuais, mesmo aos situados em propriedades privadas.

Município: **SÃO BERNARDO**

Tipo de Violação: Conflito Agrário (Fazendeiro

Público atingido: Quebradeiras de Coco Babaçu

Violação sofrida: A comunidade de São Miguel, vem sofrendo violência por parte de um fazendeiro que tem derrubado as palmeiras, principal fonte de sustento das famílias. O fazendeiro derrubou aproximadamente 100 palmeiras de babaçu, prejudicando a comunidade. Além do crime contra as famílias, ainda existe o crime ambiental, pois as palmeiras são protegidas pela Lei nº 4734 de 18 de junho de 1986, que proíbe a derrubada. Os moradores foram surpreendidos com a ação criminosa do fazendeiro, que se diz dono das terras, sem nunca ter comprovado essa suposta posse. Ele vem desmatando a região, sem licença ambiental, desde janeiro deste ano de 2022. Foi realizada uma audiência, entre a comunidade e o fazendeiro, na tentativa de um acordo, mas terminou sem solução. O fazendeiro tem agido de forma violenta e que chegou a ameaçar a comunidade. A Secretaria de Meio Ambiente do Município visitou a comunidade, porém nenhum outro órgão público se pronunciou diante do caso.

Município: **ITAPECURU MIRIM**

Tipo de Violação: Racismo Ambiental

Público atingido: Quilombolas

Violação sofrida: A comunidade Santa Rosa dos Pretos é um território quilombola composto por 20 quilombos e com mais de 800 famílias, vem a muito tempo lutando pela defesa do seu território. Nas últimas décadas vem sofrendo impactos grandes empreendimentos Estradas de Ferros; Linhões de energia; Rodovia BR 135 e Fazendeiros invasores externos. Com esses empreendimentos cabeceiras de igarapés já secaram, que o velho igarapé grande Simauma foi danificado pelos concretos da Estrada de Ferro Carajás; uma das grandes áreas de roças foram danificadas pelos linhões de energias, o que impacta diretamente na soberania alimentar dentro do território quilombola, pois a roça de toco, a agricultura de subsistência ainda é uma economia comunitária milenar, forte e permanente dentro dos quilombos.

Território Quilombola de Monge Belo, Sítio do Meio - desastre ambiental ameaça comunidades tradicionais e ecossistema no Maranhão (Norte do Brasil), evidenciando a necessidade de proteção às áreas quilombolas e ribeirinhas de Beira de Campo da Amazônia contra as práticas poluidoras da EDP Energias do Brasil S/A (ENBR3).

Território Quilombola São Benedito

Território Buragi, com 7 comunidades acirrado por conflitos com latifundiários - Mangal do Ipiranga - ameaçados por fazendeiros (Pernambucano).

Território Mucambo com 5 comunidades - conflito com assentamento Padre Josimo (Titula Brasil) - invasão território Quilombola

Território Monte Alegre - invasão Titula Brasil - 5 poços - cacimbão - ficou dentro do assentamento - quilombolas ficaram sem ter acesso a água - uso do território de mais de 100 anos.

Município: **TUTÓIA**

Tipo de Violação: Racismo Ambiental

Público atingido: Comunidades Rurais

Violação sofrida: A Comunidade Arpoador, está sendo afetada por empresa de energia eólica e a Comunidade São Francisco afetada pelo agronegócio.

Município: **PAÇO DO LUMIAR**

Tipo de violação: Racismo religioso e depredação de patrimônio

Público atingido: Povos de terreiro

Violação sofrida: Pai Carlos, da Casa Kamafeu das Águas, foi vítima de racismo religioso por parte de um vizinho, que tentou invadir seu terreiro, ameaçando sua integridade física e religiosa.

Município: **GODOFREDO VIANA**

Tipo de Violação: Racismo Ambiental

Público atingido: Comunidades Rurais

Violação sofrida: A Comunidade de Aurizona atingida pelo rompimento da barragem de mineração Equinox gold.

Município: **BREJO**

Tipo de Violação: Racismo Ambiental

Público atingido: Quilombolas/Comunidade Rural

Violação sofrida: A Comunidade Repartição está sofrendo danos causados pelo esgoto a céu aberto jogado pela Prefeitura, que passa na comunidade.

Além dessa comunidade, o quilombo Alto Bonito, não possui titulação.

Município: **BALSAS**

Tipo de Violação: Racismo Ambiental

Público atingido: Quilombolas

Violação sofrida: Comunidades Tradicionais da Travessia do Mirador (79 comunidades envolvendo 9 municípios) em conflitos há mais de 40 anos de luta e resistência pela permanência na terra e mais diversas comunidades no sul do Estado envolvendo os municípios de Balsas, Riachão, São Raimundo das Mangabeiras, Benedito Leite e Pastos Bons. Ameaça de expulsão da terra, suspensão de roças, negação do direito a terra.

Município: **MATINHA**

Tipo de Violação: Conflitos Agrários

Público atingido: Quilombola

Violação sofrida: Caso emblemático território Quilombola Sesmaria. Cumprimento do decreto de desapropriação por interesse social nº 37.557/2022.

Município: **PALMEIRANDIA**

Tipo de Violação: Conflitos Agrários

Público atingido: Quilombola

Violação sofrida: Cruzeiro - falta de titulação

Município: **PEDRO DO ROSÁRIO**

Tipo de Violação: Conflitos Agrários

Público atingido: Quilombola

Violação sofrida: Imbiral - falta de titulação e desmatamento; Palmeirinha - falta de titulação.

Município: **PERIMIRIM**

Tipo de Violação: Conflitos Agrários

Público atingido: Quilombola

Violação sofrida: Pericumã - falta de titulação

Município: **PINHEIRO**

Tipo de Violação: Conflitos Agrários

Público atingido: Quilombola

Violação sofrida: Sudário - falta de titulação

Município: **PIRAPEMAS**

Tipo de Violação: Conflitos Agrários

Público atingido: Quilombola

Violação sofrida: Aldeia Velha - falta de titulação e desmatamento

Município: **PRESIDENTE VARGAS**

Tipo de Violação: Conflitos Agrários

Público atingido: Quilombola

Violação sofrida: Sapucaial - falta de titulação; Lagoa Grande - falta de titulação

Município: **SANTA HELENA**

Tipo de Violação: Conflitos Agrários

Público atingido: Quilombola

Violação sofrida: Janaubeira/Benfica- Falta de titulação; Pau Pombo- falta de titulação; Santa Luzia - falta de titulação; Vivo - falta de titulação; Armíndio - falta de titulação

Município: **SANTA INÊS**

Tipo de Violação: Conflitos Agrários

Público atingido: Quilombola

Violação sofrida: Onça - falta de titulação e desmatamento

Município: **SÃO LUÍS GONZAGA**

Tipo de Violação: Conflitos Agrários

Público atingido: Quilombola

Violação sofrida: Promissão Velha - falta de titulação e desmatamento

Município: **SÃO VICENTE DE FÉRRER**

Tipo de Violação: Conflitos Agrários

Público atingido: Quilombola

Violação sofrida: Charco - falta de titulação e desmatamento

Município: **SERRANO DO MARANHÃO**

Tipo de Violação: Conflitos Agrários

Público atingido: Quilombola

Violação sofrida: Mariano dos Campos- falta de Titulação e extração de areia; Açude - falta de titulação e desmatamento; Vera Cruz - falta de titulação; Rosário - falta de titulação; Brasília - falta de titulação.

Município: **TURIAÇU**

Tipo de Violação: Conflitos Agrários

Público atingido: Quilombola

Violação sofrida: São José dos Britos - falta de titulação

Município: **TURILÂNDIA**

Tipo de Violação: Conflitos Agrários

Público atingido: Quilombola

Violação sofrida: Pindobal de Fama - falta de titulação e desmatamento

Município: **VIANA**

Tipo de Violação: Racismo Ambiental

Público atingido: Quebradeiras de Coco Babaçu

Violação sofrida: Na comunidade Boa Esperança as mulheres são impedidas de coletar coco.

Referencias consultadas

Relatório da MISSÃO: MUTIRÃO EM DEFESA DA VIDA DOS POVOS DO MARANHÃO E SEUS TERRITÓRIOS. 20 a 25 de junho de 2022.

Relatório de Conflitos no Campo Brasil 2022/ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia – CPT Nacional. 2023. 254p.

Site Agencia Tambor - <https://agenciatambor.net.br/>